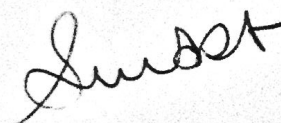
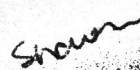


Ata Nº 489 – Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às nove horas, na Sala de Reuniões da Casa dos Conselhos, deu-se início a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Douglas Aguirre, Jorge Luiz Valenga Filho, Lucimar de Fátima Pereira, Marilene Rosana Severino Cardoso, Priscila Pimentel Costa, Jamile Faccio Demoliner, Paulo Felipe Costa Cherem, Sharon Karoline Bellani, Yolanda Irene Keller Boia, João Carlos Alves dos Passos, Tatiane Marafon, Aline Rocha, Sandra Mara Luchtenberg, Gilmara dos Santos, Grasiela Aparecida Teixeira e Luciano Pedro Estevão. Estavam presentes: Karina Gonçalves dos Passos e Alisson Luiz Micoski, representantes da Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social; Adriana dos Santos, representante do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação; Cátia Purnhagen Franzoi, representante da Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral; Maria Ferracini Piconi, representante da Biblioteca Comunitária Bem Viver; Thiago Pacheco, representante da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – SDIS e Fabiana Albuquerque, representante da Associação de Desportistas de Balneário Camboriú – ADBC. Pauta 01: Leitura da Ata. Foi lida e aprovada por unanimidade a ata do dia seis de fevereiro de dois mil e dezoito. Na sequência da ata o conselheiro João solicitou a palavra para falar e entregar parecer de um advogado sobre as competências do CMDCA e do FMDCA, pois terá que sair em seguida ministrar uma palestra na Assembleia Legislativa, solicitando que este conteúdo seja discutido em nova reunião. Pauta 02: Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos. Ofícios Expedidos: Ofício nº001, de sete de fevereiro de dois mil e dezoito; encaminhado para o Juizado da Infância e Juventude, enviando cópia da ata de doze de dezembro de dois mil e dezessete; com o mesmo conteúdo foram encaminhados: Ofício nº002 para a 4ª Promotoria da Infância e Juventude; Ofício nº003 para a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BC e Ofício nº004 para a Câmara de Vereadores; Ofício nº005, de sete de fevereiro, encaminhado ao Conselho Tutelar, solicitando respostas as denúncias da Ouvidoria do Município; Ofício nº006, de sete de fevereiro, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, informando que aprova o valor de até três mil, trezentos e noventa reais, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, para custear a ida dos conselheiros tutelares ao Sexto Congresso Brasileiro de Conselheiros Tutelares, que acontecerá dos dias oito a onze de abril, em Florianópolis; Ofício nº007, de sete de fevereiro, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, informando que aprova a alteração de férias do conselheiro tutelar João Baptista Oliveira Peters, dos dias três de abril a dois de maio para vinte de agosto a dezoito de setembro, conforme solicitação do conselheiro citado; com o mesmo conteúdo foi encaminhado Ofício nº008 para a Secretaria de Gestão Administrativa; Ofício nº009, de sete de fevereiro, encaminhado a Conselheira Tutelar Suplente Angela Nazari, solicitando que a mesma assuma as férias do conselheiro tutelar João Baptista Oliveira Peters; Ofício nº010, de sete de fevereiro, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, encaminhando notas fiscais nº5319, nº5332, nº5311 do Jornal Diarinho, para pagamento. Documentos recebidos: Ofício nº065, de seis de fevereiro de dois mil e dezoito, encaminhado pela Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS, informando o nome do Sr. Eduardo de Camargo Assis, como novo presidente da entidade; Ofício nº086, de sete de fevereiro, encaminhado pelo Conselho Tutelar, encaminhando a resposta a denúncia ocorrida através da Ouvidoria do Município; Ofício nº074, de oito de fevereiro, encaminhado pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, solicitando pagamento de inscrição para os servidores Gentil Pedro Gai, Eliane Aparecida Ferraz dos Santos, Thiago Luiz Pacheco e para o presidente do CMDCA Douglas Aguirre, no valor de

 aline

 Luciano



 Sharon





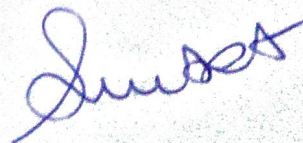




quinhentos e noventa reais por participante, para o curso referente a Lei nº 13.019/2014 – Passo a Passo com os Principais Modelos, que acontecerá nos dias primeiro e dois de março, em Florianópolis; Nota Técnica nº05/2018, encaminhada pela FECAM – Federação Catarinense de Municípios; Resolução nº021, de dezoito de dezembro de dois mil e dezessete, sobre deliberações da Décima Primeira Conferência Nacional de Assistência Social; E-mail do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, com informações acerca da Resolução nº003/2016, sobre registro e inscrição de entidades sem fins lucrativos para executarem programas de aprendizagem; Entrega de Documentos da Fundação Municipal de Esportes – FME, solicitando inscrição do Projeto Virando o Jogo do Programa Escolinhas Esportivas, no CMDCA, o qual será analisado pela Comissão de Registro. Entrega dos Relatórios de Atividades: Associação Beneficente Cristã Real Esperança (Meses de dezembro de dois mil e dezessete e janeiro de dois mil e dezoito); Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social (Mês de janeiro de dois mil e dezoito); Associação Amor pra Down (Mês de dezembro de dois mil e dezessete); Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE (Mês de janeiro de dois mil e dezoito); Biblioteca Comunitária Bem Viver (Mês de janeiro de dois mil e dezoito); Associação Lar Maternal Bom Pastor (Meses de dezembro de dois mil e dezessete e janeiro de dois mil e dezoito). Quanto ao pagamento das inscrições para os servidores citados no Ofício nº074 da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, este CMDCA aprova o pagamento dos servidores e ainda aprova o pagamento das inscrições também para os conselheiros não governamentais: Tatiane Marafon, João Carlos Alves dos Passos, Wilson Reginatto Júnior e Grasiela Teixeira, sendo que entende ser este curso de total relevância. Foi solicitado a secretária do CMDCA que encaminhe para entidades os documentos do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, sobre entidades registradas no conselho. Pauta 03: Contabilidade sobre CMDCA. A conselheira Lucimar explicou que o plano de aplicação realizado em dois mil e dezessete não aconteceu como previsto devido a menor arrecadação do município. Disse que o Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE não está com o termo de parceria firmado com o município, logo não pode receber subvenções. Para receber pagamento das internações enquanto a entidade está sem o termo assinado com o município, a entidade deverá entrar com processo de dívida ativa. Falou que a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social está fazendo edital de chamamento para entidade de internação de crianças e adolescentes sob uso de drogas, e encaminhará para o CMDCA deliberar. Que não há recursos para novo edital além deste de internação. Se houver recebimento de valores de superávit, poderá existir a possibilidade no segundo semestre de incrementar os recursos para celebração de parcerias. Ficou aprovado então por este conselho, o repasse de cem mil reais da Despesa 297 – Ação 2.43 – Manutenção das Atividades de Atenção à Criança e ao Adolescente para Despesa 295 – Ação 2.42 – Formalização de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil, pois hoje existe um total disponível apenas de duzentos e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos. A Comissão de orçamento verificará valores do plano orçamentário para readequar valores de despesas. Pauta 04: FECAM – Federação Catarinense de Municípios. Ficou aprovado por unanimidade utilizar o material para campanha. Sendo dez mil unidades de folder e quinhentas unidades de cartazes de tamanho A4. Pauta 05: Organização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ficou formada nova comissão de organização da conferência com os seguintes conselheiros: Douglas, João, Wilson, Marilene, Luciano, Sandra, Priscila e Jorge. Pauta 06: Grupo de Trabalho sobre o Projeto Diagnóstico nas Escolas. Houve uma breve apresentação da formulação e do diagnóstico. A conselheira Sandra comentou que



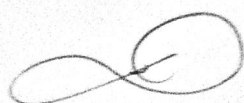
Ali e



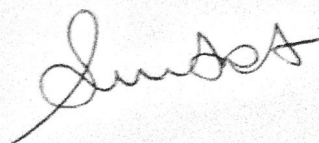
Sandra

18

a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE recebe os alunos na entidade, mas não há possibilidade da entidade ir até a Secretaria de Educação para acompanhar os alunos, e acha importante a contratação desses profissionais para atender diretamente nas escolas. A comissão foi favorável, e indica que sejam feitos termos de parceria com entidades para contratação do serviço. O conselheiro Wilson encaminhou levantamento de valores para quatro profissionais: psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e fisioterapeuta, no valor total de cento e trinta e três mil e oito reais. A Sra. Cátia, representante da Associação de Pais e Amigos do Autista - AMA Litoral, falou sobre as crianças com autismo, que também merecem atenção no projeto, porque passam parte do dia na escola e também precisam ser atendidas no ambiente escolar. O conselheiro Luciano citou que não pode ir contra o projeto devido a sua relevância, mas sugere que se vai fazer um projeto para contratar quatro profissionais de uma área específica para fazer o diagnóstico da situação da educação especial do município, se pode ampliar e contratar uma equipe diagnóstica do CDMCA para fazer o diagnóstico da Secretaria de Educação. O presidente citou que o projeto será permanente e assim teremos um ótimo diagnóstico. A conselheira Irene questionou quem vai custear o pagamento das melhorias para os deficientes, como rampas, ampliar portas, etc., a conselheira Marilene falou que assim que for diagnosticado, será efetuado a solicitação para as melhorias. A conselheira Priscila disse que a Secretaria de Saúde cedeu uma ótima fonoaudióloga para a Secretaria de Educação, justamente para auxiliar no desenvolvimento do projeto, e que não existe possibilidade de ceder outro profissional porque a Secretaria de Saúde também está defasada. O conselheiro Luciano questionou quem avaliará o projeto, pois o governo observará uma grande demanda através do mesmo, e indaga se a Secretaria de Educação terá condições financeiras de arcar com todos os problemas que surgirão. Serão contratados dois profissionais pela Associação de Apoio as Famílias dos Deficientes Físicos - AFADEFI e dois profissionais pela Associação Amor pra Down. Após discussões ficou aprovado a solicitação de adequação do nome do projeto e aprovação do desenvolvimento do projeto. Os conselheiros que votaram em contrário foram: Tatiane e Grasiela. Pauta 07: Previsão Orçamentária para Dois Mil e Dezoito. Assunto discutido na pauta três. Pauta 08: Assuntos Gerais. Foram organizadas paritariamente as Comissões Temáticas, ficando assim definidas: Comissão de Política de Atendimento dos Direitos - Projetos: conselheiros: Clóvis, Valdeci, Wilson, Douglas, Marilene, Luciano, Sharon e Priscila; Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação: conselheiros: Irene, Douglas, Tatiane, Manuela, Jorge e Jamile; Comissão de Orçamento e Fundos: conselheiros: Wilson, Jamile, João, Lucimar, Sandra e Douglas; Comissão de Garantia de Direitos e Apoio ao Conselho Tutelar: conselheiros: João, Jamile, Clóvis e Douglas; e, Comissão de Comunicação e Divulgação: conselheiros: Aline, Luciano, Clóvis, Renata, Manuela, Sharon, Douglas e Bruno. Foram formadas algumas comissões temporárias: Comissão de Prevenção a Automutilação: conselheiros: Luciano, Manuela, Jamile, Tatiane, Juliana, Paulo; Comissão de Apoio a Implantação do Abrigo Municipal: conselheiros: Luciano, Jamile, Clóvis e Douglas; Comissão de Edital: conselheiros: Sandra, Wilson, Valdeci, João, Jamile, Luciano, Clóvis, Jorge, Lucimar, Marilene, Nauri e Douglas; Comissão de Atualização do Diagnóstico: conselheiros: Sandra, Clóvis, Douglas, Luciano, Tatiane, Roberto, Bruno e Priscila; Comissão de Organização da Conferência Dois Mil e Dezoito: conselheiros: Douglas, João, Wilson, Marilene, Luciano, Sandra, Priscila e Jorge. O presidente falou sobre a internet do Conselho Tutelar, motivo de pauta na reunião passada, e disse que falou com Márcio do DTI, que designou uma pessoa para visitar e fazer um levantamento das condições da internet e ficou como responsável para melhorar a situação. Também levantou a questão sobre os relatórios de atividades,



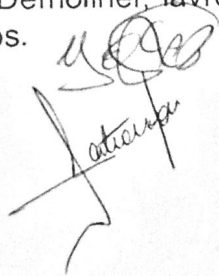
Aline

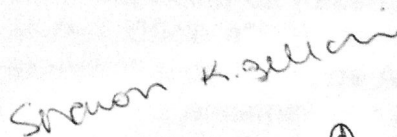


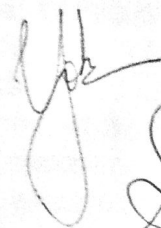
Sharon

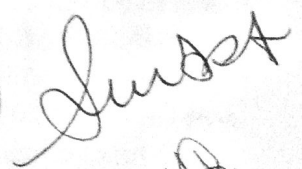


pois algumas entidades que não recebem convênio, não encaminham os relatórios. Ficou definido que todas as entidades registradas neste conselho devem entregar os relatórios mensais. Também ficou deliberado que a Comissão de Divulgação irá realizar um trabalho de divulgação para que todas as entidades que trabalham com crianças e adolescentes façam seu registro junto ao CMDCA. A conselheira Irene solicitou a palavra e questionou sobre a justificativa da Administração Municipal em terem modificado os representantes governamentais da Educação e Saúde, visto que os conselheiros que estavam eram muito atuantes neste conselho e comprometidos com a causa da criança e do adolescente. O presidente explicou que esta modificação pode ser feita pela Administração Municipal sempre que necessário, e que o intuito era trazer conselheiros que fossem ligados diretamente aos seus chefes imediatos, para um melhor desempenho. A conselheira Irene colocou que a conselheira Noemi, além de ser uma das representantes governamentais mais atuantes neste CMDCA, também foi candidata deste CMDCA para assumir a presidência neste ano de dois mil e dezoito, e só não foi candidata porque não teve apoio de sua secretaria. Que a mesma estava a treze anos desenvolvendo este trabalho e que a forma que a tiraram, sem comunicá-la, foi errada. Que não tem nada contra os novos representantes, bem pelo contrário, mas gostaria que ficasse registrada sua insatisfação pela forma que foram conduzidas as substituições. O conselheiro Luciano ressaltou as palavras da conselheira Irene e solicitou que fosse encaminhado moção de agradecimentos aos conselheiros Anderson e Noemi. A conselheira Lucimar deixou registrado que o documento sobre a Lei nº1133, que criou o FMDCA, documento este trazido hoje pelo conselheiro João, sobre as competências do FMDCA está desatualizado após a Lei nº13.019. E que existem contradições nas leis. O presidente deixará esta discussão para a próxima plenária. Nada mais havendo a tratar, eu, Jamile Faccio Demoliner, lavro a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais conselheiros.

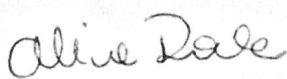

Jamil Faccio Demoliner

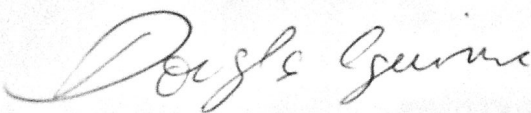

Sharon K. Sellen

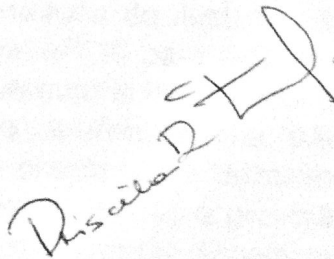

João


Sunset


Aline Dale


Aline Dale


Douglas Guimaraes


Rosalva D. L.


Luciano